

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 24 de fevereiro de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

Venda de livros criados por IA preocupa especialistas e autores 3
IGOR ALMENARA

Folha de S.Paulo | BR

24 de fevereiro de 2023 | Marco Civil

Barroso pede punição a redes sociais que não apaguem conteúdo ilegal 5
POLÍTICA

O Globo Online | BR

Pirataria

**Fundação Joan Mitchell diz que Louis Vuitton usou obra da artista sem autorização, e grife
pode ser processada; entenda 6**

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Desenho Industrial

ChatGPT já é citado como coautor de mais de 200 livros na Amazon 8
DIEGO SOUSA

Diário do Noroeste Online | PR

Marco regulatório | INPI

SIMP consegue suspensão da patente para a produção de massa de tapioca 9

Venda de livros criados por IA preocupa especialistas e autores

Contos e sagas criadas em questão de horas por inteligências artificiais como o ChatGPT preocupam especialistas

O debate acerca da autoria de livros e artigos por inteligência artificial é longo, mas é fato que o modelo já deixou sua marca no mundo de várias formas. Na loja de livros Amazon Kindle, há mais de 200 ebooks escritos (ou auxiliados) pela IA da OpenAI ChatGPT.

Até agora, a Amazon não requer que o usuário informe se o autor recorreu à inteligência artificial para elaborar o livro, portanto o ChatGPT pode ser considerado um autor.

Exemplo de uma obra com coautoria de IA "The Wise Little Squirrel: A Tale of Saving and Investing" de Brett Shickler. Ele queria elaborar um conto para ensinar crianças sobre alfabetização financeira. O livro infantil conta a história de um esquilo que aprende a economizar dinheiro com os amigos da floresta assim que encontra sua primeira moeda de ouro na floresta. Ele então cria um cofrinho em forma de bolota e desenvolve uma venda de bolotas.

A história é simples e não rendeu mais do que US\$ 100 (R\$ 500, em conversão direta) para o autor humano, mas foi suficiente para mostrar que a IA consegue, sim, colaborar com o desenvolvimento de contos.

"Posso ver as pessoas fazendo uma carreira inteira com isso", disse Schickler.

Dos 200 títulos construídos com o ChatGPT dis-

poníveis na loja da Amazon, alguns deles ensinam sobre a própria IA - "Como escrever e criar conteúdo usando o ChatGPT", é um desses exemplos. Há livros com temas mais subjetivos também, como a coleção de poesias "Echoes of the Universe", conforme ressaltou o site Reuters.

Livros inteiros feitos em horas

Pela internet, existem tutoriais e demonstrações de como IAs podem criar livros e contos em questão de horas. No artigo da Reuters, é mencionado um autor chamado Frank White que mostrou a criação de um livro de 119 páginas de ficção científica em menos de um dia num vídeo do YouTube. O livro é vendido por US\$ 1 (R\$ 5) na loja de livros do Kindle.

Lojas de livros inundadas com IA

O popularização de IAs geradoras de texto já preocupa autoridades no assunto, segundo apontou a reportagem do site. "Isso é algo com o qual realmente precisamos nos preocupar, esses livros vão inundar o mercado e muitos autores vão ficar desempregados", disse a diretora executiva do grupo de escritores Authors Guild, Mary Rasenberger.

"É preciso haver transparência dos autores das plataformas sobre como esses livros são criados ou você acabará com muitos livros de baixa qualidade", pontuou a executiva.

O principal temor das autoridades na área é de que as lojas de livros serão inundadas de publicações elaboradas por IA, o que pode canibalizar autores reais e lotar o mercado de leituras sem substância.

Para a Amazon, as normas são as mesmas

Questionada pela reportagem, a Amazon reforçou que "todos os livros na loja devem aderir às nossas diretrizes de conteúdo, inclusive cumprindo os direitos de **propriedade** intelectual e todas as outras leis aplicáveis". A empresa não mencionou se tem planos de

Continuação: Venda de livros criados por IA preocupa especialistas e autores

mudar ou revisar as normas da plataforma para conter a proliferação de livros feitos por computador.

Trending no Canaltech:

Barroso pede punição a redes sociais que não apagarem conteúdo ilegal

POLÍTICA

Barroso pede punição a redes sociais que não apagarem conteúdo ilegal

Patrícia Campos Mello

Paris Em conferência da Unesco, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu responsabilização das plataformas da internet antes de ordem judicial em casos de incitação a crimes, terrorismo e pornografia infantil. Isso, na prática, seria uma flexibilização do **Marco Civil** da Internet.

O Marco Civil do Brasil diz que plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

Para Barroso, as empresas deveriam ter de agir mesmo antes de ordem judicial em casos de postagens ilegais, inclusive conteúdo que viole a lei do Estado democrático de Direito, que proíbe pedidos de abolição do Estado de Direito, estímulo à violência para deposição do governo ou incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes.

"No caso de comportamento criminoso claro, como pornografia infantil, terrorismo e incitação a crimes, as plataformas deveriam ter o dever de cuidado de usar todos os meios possíveis para identificar e remover esse tipo de conteúdo, independentemente de provocação (judicial)", disse em plenário da conferência "Internet for Trust", que debate diretrizes globais para regulação da internet. A responsabilização das plataformas antes de ordem judicial é foco da controvérsia sobre a nova regulação da internet em discussão pelo governo. O Ministério da Justiça quer incluir no projeto de lei das Fake News punição às plataformas que não agirem contra conteúdo que viole a lei.

Para parte do governo, sem isso a regulação será inócua, pois manterá a imunidade das redes. Já parte da sociedade e as plataformas dizem que levaria empresas a se censurarem ao remover conteúdos legítimos para evitar sanções.

Para Barroso, a responsabilidade das plataformas deve ser "razoável e proporcional". Para isso, haveria o dever de remoção pró-ativa de conteúdo ilegal.

Fundação Joan Mitchell diz que Louis Vuitton usou obra da artista sem autorização, e grife pode ser processada; entenda

A Fundação Joan Mitchell enviou uma carta de cessar e desistir a Louis Vuitton, alegando que a grife francesa usou imagens das telas da artista em propagandas de bolsas mesmo depois que a fundação recusou ceder o uso das obras. A ordem de cessar ou desistir é um termo jurídico equivalente a um pedido para cessar uma atividade sob pena de ação judicial.

Mitchell, que morreu em 1992, é considerada um dos grandes nomes da arte abstrata no pós-Segunda Guerra Mundial e suas obras costumam alcançar valores superiores a US\$ 1 milhão em leilões. Pelo menos três de suas pinturas aparecem em propagandas da Louis Vuitton estreladas pela atriz francesa Léa Seydoux.

Na carta enviada a Louis Vuitton, que também foi enviada ao jornal *The New York Times*, a Fundação Joan Mitchell afirma que a grife infringiu os **direitos** autorais da artista e exige que a marca francesa de luxo retire a campanha de circulação em três dias ou encare as possíveis consequências legais.

"É um grave desapontamento para Fundação Joan Mitchell que a Louis Vuitton tenha desprezado os direitos da artista e explorado seu trabalho para obter ganhos financeiros", diz comunicado da fundação que protege o legado e a propriedade intelectual da artistas desde 1993. A nota diz que a fundação "nunca licenciou o trabalho da artista para uso em campanhas comerciais", permitindo apenas que seu trabalho fosse usado por objetivos educacionais.

O *New York Times* procurou o grupo LVMH, que respondeu por e-mail que a "Louis Vuitton não comentará".

A carta da Fundação Joan Mitchell chega no momento em que a artista é tema de uma exposição na Fundação Louis Vuitton, espaço de arte contemporânea em Paris, onde as telas de Mitchell são comparadas às do impressionista Claude Monet. A mostra continuará em cartaz por mais uma semana.

A Fundação Joan Mitchell também enviou uma carta à Fundação Louis Vuitton afirmando que a última violou um acordo feito para a exposição que proíbe a Vuitton de reproduzir obras da exposição sem consentimento.

"Eu fiquei chocada", disse Christa Blatchford, diretora da Fundação Joan Mitchell, em entrevista. Ela disse que soube da campanha quando viu a propaganda que usa a obra de Mitchell publicada no *New York Times*. Blatchford afirma que, em dezembro passado, recusou o pedido da Louis Vuitton para usar as telas da artista em uma campanha (uma representante da Louis Vuitton confirmou o recebimento da mensagem em janeiro, de acordo com e-mails a que o *New York Times* teve acesso).

No mesmo mês, Blatchford recebeu outro e-mail da parte de Jean-Paul Claverie, um conselheiro de Bernard Arnault, CEO do grupo LVMH e uma das pessoas mais ricas do mundo. O e-mail enfatizava que o pedido para uso das obras de Mitchell vinha do próprio Arnault, e que o bilionário estava pronto a fazer uma doação para a Fundação Joan Mitchell. Blatchford afirma que recusou mais uma vez.

Apesar disso, imagens de Léa Seydoux em frente das pinturas abstratas da artista apareceram online e em jornais ao redor do mundo para promover o modelo de bolsas Capucines, que custam em torno de US\$

Continuação: Fundação Joan Mitchell diz que Louis Vuitton usou obra da artista sem autorização, e grife pode ser processada; entenda

10.500. As fotos parecem ter sido feitas na Fundação Louis Vuitton durante a exposição, com telas como "O grande vale XIV", de 1983, aparecendo atrás da atriz e da bolsa. O trabalho aparece em imagens cortadas sem créditos para Joan Mitchell ou para a fundação que leva seu nome.

- Essa experiência nos deixou claro que a separação que achávamos que existia entre a Fundação Louis Vuitton e a marca não acontece - diz Blatchford.

2 de 2

Campanha da Louis Vuitton com tela da artista Joan Mitchell ao fundo - Foto: Reprodução Campanha da Louis Vuitton com tela da artista Joan Mitchell ao fundo - Foto: Reprodução

Natasha Degen, que dirige os estudos sobre mercado de arte no Fashion Institute of Technology de Nova York, diz que a Louis Vuitton é conhecida pela determinação de proteger legalmente sua própria marca. A Vuitton tem o próprio departamento para lidar com disputas sobre propriedade intelectual e afirma em seu site que iniciou mais de 38 mil processos anti-[fa](#)lsificação desde 2017.

A Vuitton também é famosa por trabalhar com artistas como Jeff Koons e Takashi Murakami. A parceria com Yayoi Kusama se tornou uma sensação na [internet](#) depois que a grife instalou versões robóticas e representações realistas da artista em suas lojas.

- A conexão da Louis Vuitton' com as artes permite que a empresa mantenha sua aura de raridade e exclusividade - diz Degen. - Mesmo que muitas marcas de luxo descrevam suas fundações como separadas de suas grifes, a Louis Vuitton tem uma história de tentar conectar as duas na mente do público."

Quando a Fundação Louis Vuitton foi inaugurada em 2015, o arquiteto Frank Gehry, que projetou o prédio, desenhou uma série de vitrines para as lojas da marca e um modelo de bolsa.

A Fundação Joan Mitchell diz que sua política contra o uso comercial da obra da artista é antiga.

- Não damos licença a ninguém. Também nunca enviamos uma carta "We have not done it for anybody," Blatchford said. "We have never done a cease-and-desist letter either. "

ChatGPT já é citado como coautor de mais de 200 livros na Amazon

o número real de obras escritas pelo ChatGPT pode ser maior, já que a Amazon não exige que os autores divulguem o uso de IA em seus trabalhos.

O ChatGPT tem chamado atenção e causado polêmicas nas últimas semanas. Capaz de criar textos e códigos a partir de comandos dos usuários, a inteligência artificial agora pode chegar às prateleiras dos leitores. Segundo o Business Insider, o chatbot já é utilizado para escrever livros e aparece como coautor de mais de 200 obras vendidas na Amazon.

Segundo o veículo, no entanto, o número real de obras escritas pelo ChatGPT pode ser maior, já que a Amazon não exige que os autores divulguem o uso de IA em seus trabalhos.

+ China restringe acesso ao ChatGPT e penaliza ações de inteligência artificial

Especialistas têm citado temores quanto ao uso do ChatGPT na literatura. A diretora-executiva da associação americana de escritores Authors Guild, Mary Rasenberger, disse que livros escritos pelo chatbot vão "inundar o mercado" e que muitos autores podem perder espaço e ficar desempregados.

"É preciso haver transparência dos autores e das plataformas sobre como esses livros são criados", diz ela. Rasenberger afirma estar preocupada que a au-

tomatização da escrita criativa transforme o processo em uma mercadoria e desencadeie a produção de muitos livros de baixa qualidade.

Livros do chatbot

Entre os mais de 200 livros do ChatGPT na Amazon estão guias de como usar o chatbot. Um livro de bolso vendido por US\$ 11,99 (aproximadamente R\$ 62) tem como autor somente da plataforma - "ChatGPT on ChatGPT: The AI Explains Itself" ("ChatGPT por ChatGPT: a Inteligência Artificial se Autoexplica", em tradução livre). A versão do livro no Kindle é gratuita.

Outro gênero em que o robô se destaca são os livros infantis, que, além de serem escritos pelo ChatGPT, são ilustrados por outros programas de IA. Ammaar Reshi, gerente de **design** de produto, disse ao Insider que escreveu e ilustrou um livro infantil em 72 horas usando ChatGPT e o Midjourney, que cria imagens a partir de descrições visuais.

Reshi publicou por conta própria "Alice and Sparkle" como um livro de Kindle gratuito na Amazon. A obra viralizou no Twitter, recebendo muitas críticas de artistas. Alguns acusaram IAs geradoras de imagens de roubar suas obras para gerar seus resultados e outros criticaram a qualidade da escrita do livro.

SIMP consegue suspensão da patente para a produção de massa de tapioca

A 2ª. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), com sede no Rio de Janeiro, confirmou a decisão do desembargador Marcello Ferreira de Souza Granado, concedendo antecipação de tutela suspendendo provisoriamente os efeitos da patente concedida pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) da suposta invenção do sistema de "Produção Industrial de Massa Pronta pra Tapioca". A ação foi movida pelo Sindicato das Indústrias de Mandioca do Paraná (SIMP) e sete associados.

O **INPI** concedeu, em 2019, patente do que seria um invento sobre o procedimento para produção de mandioca sem a adição de conservantes. "O pedido de patente não foi para o produto, mas para o procedimento de produção", esclarece o advogado do SIMP e das indústrias, Fernando Vicentim.

Segundo ele, inicialmente foram feitos recursos administrativos no próprio **INPI**, que poderia cancelar a concessão da patente. Mas os recursos não foram atendidos. Em junho de 2022, o SIMP e as indústrias ingressaram com a ação de nulidade da patente na Justiça do Rio de Janeiro, onde está a sede do Instituto, pedindo a tutela de urgência para suspender os efeitos da patente em relação aos proponentes da ação.

O advogado informou que "o juiz de primeira instância não concedeu a tutela de urgência solicitada. Por isso houve recurso ao TRF e o desembargador

que analisou o pedido a concedeu. A decisão foi monocrática. Mas agora o colegiado confirmou a decisão suspendendo os efeitos da patente".

No recurso o SIMP apresentou três pareceres técnicos, certificando "a inexistência dos requisitos de patenteabilidade do invento, notadamente pela ausência de novidade, já que o processo de fabricação descrito é, há muito tempo, utilizado em território nacional" Os pareceres destacam "a ausência de atividade inventiva na medida em que o processo de produção industrial descrito é óbvio a partir do conhecimento fornecido por vários documentos do estado da técnica".

Na sua decisão, o desembargador Marcello Granado afirmou que "estão presentes os pressupostos que autorizam a concessão da tutela, diante da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, provenientes do robusto conjunto probatório que acompanha a petição inicial do processo principal e do fato de que a patente em questão consubstancia um sistema de produção feito por escala industrial de massa". O colegiado confirmou a decisão monocrática no último dia 30.

Fernando Vicentim está otimista em relação ao julgamento do mérito da ação. Isto porque, em um outro processo com a mesma finalidade e que está mais adiantado, já há perícia afirmando que a patente é irregular e opinando pela anulação dela.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Marco Civil
5

Direitos Autorais
6

Pirataria
6

Desenho Industrial
8

Marco regulatório | INPI
9